Ano VII
n. 67 Out. 2026
ISSN 2675-2573

Revista

a PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Brasil - Angola



Rosa Cardoso

Uma Vida Pela Educação

LANÇAMENTOS

UMA por TODAS!

UNIÃO DE MULHERES AUTÔNOMAS
UMA

Filiada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ISSN INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER BRAZIL
Crossref
sumários.org
Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Ano VII - nº 67
Outubro de 2026
ISSN 2675-2573

Uma publicação bimestral da Editora Livro Alternativo

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

https://primeiraevolucao.com.br https://doi.org/10.52078/g2yjnv63

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
https://primeiraevolucao.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 67 (out. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026.
208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
DOI: https://doi.org/10.52078/8mwejh64

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:

São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:
Livro Alternativo
www.livroalterntaivo.com.br
CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Revista EVOLUÇÃO
ISSN: 2675-2573

SUMÁRIO

Ano VII - Nº 67 - Out. 2026

05 EDITORIAL
Antonio R P Medrado

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade
Adeilson Batista Lins

09 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac Chateauneuf

11 ROSA CARDOSO: Uma vida pela educação
Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO
Alberto Praia Tchinhama 17

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME) EM ANGOLA: DESAFIOS, INSTRUMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
António Evaristo 22

3. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS
Faustino Moma Tchipesse /Miguel Divovo 29

4. AS PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS DAS EQUAÇÕES EXPONENCIAIS E SUA APLICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo 37

5. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO
Fernando Massi Argentino 44

6. A PARTICIPAÇÃO DO MOTO-TAXISTA NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO, PROVÍNCIA DO CUANZA-NORTE
Fernando Pascoal da Silva/Elisa João Esteves Cazola/Ondina Francisco Futa 49

7. MATEMÁTICA COMO CONSTRUÇÃO COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA
Glaucimer Silva Batista de Almeida 55

8. A ESCOLA TAMBÉM ENSINA PELO ESPAÇO: AMBIENTE FÍSICO, CONFORTO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Joana Cristina de Barros 59

9. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA ÉTICA
Joice Pereira Marques 66

10. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ANGOLA
José António Afonso Joaquim 71

11. IMPLEMENTAÇÃO DE LINK DE FIBRA ÓPTICA ENTRE OS POLOS DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DEOLINDA RODRIGUES: UM ESTUDO DE VIABILIDADE
José Miguel Kissanga Vunge 79

12. ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPETATIVAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DIANTE DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS, AMERICANOS E AFRICANOS
Manuel Francisco Neto/Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 85

13. ENTRE O TEMPO DE ENSINAR E O TEMPO DE APRENDER: OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Maria Angela Ferreira Oliveira 90

14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA
Maria Madalena Sampaio Silva 96

15. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR
Marissol Caetano Ferreira de Fonte 101

16. A AÇÃO SUPERVISORA NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (SP)
Marli Aparecida Rosa 107

17. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO NO PANGUILA
Milton Gil Zaia Jacinto 113

18. A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS
Natalia Gordiano 119

19. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O LÚDICO, O DIDÁTICO E O ÉTICO
NAYANE BRITO VERAS GODINHO HERMISDORF 124

20. VULNERABILIDADE DIFERENCIADA À SECA NO SUL DE ANGOLA: ANÁLISE QUANTITATIVA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
Ngombo Rodrigues Lucau/Heidi Morais Quimuanga/ Casimiro Manuel Agostinho 130

21. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FACILITAR O APRENDIZADO ONLINE AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO COM FOCO NO FOVO (FORMATO ONLINE DE VIDEOAULAS)
Pedro Isaac/Mateus Queiroz Tchamolehã 138

22. VACINAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL E PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Rafaela Gois Zirpolo 143

23. LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Roseli Brito Tenório Ramos 149

24. A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL
Rosemeire de Araujo Fonseca 155

25. A REFORMA EDUCATIVA E OS DESAFIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA
Sabino Lázaro Argentino 160

26. ERROS SILENCIOSOS NO ENSINO REGULAR EM ANGOLA
Santos Kulua João 166

27. A OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Miranda Lima 174

28. AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)
Vasco Fragata Moniz 178

29. CONHECIMENTO E PRÁTICA NA TITULAÇÃO DA REACÇÃO WIDAL
Vernete Nginga Sebastião/Violeta Ana Jaime da Silva André 184

30. CONFLITOS FAMILIARES E EFEITOS COLATERAIS DO FENÔMENO ACUSATIVO DO FEITIÇO. SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E A SUA PREVENÇÃO. OBJETO DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO.
Walter Albino António Sassoma 189

31. FURTOS ESCOLARES NO ENSINO PRIMÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 5077, MUNICÍPIO DE CALUMBO, ZANGO IV
Wilder Dala Quinjango 195

32. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA VENDA AMBULANTE DESORDENADA EM CACUACO DE 2021/2023
Zacarias Kameia 201

Revista a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573
@primeiraevolucao
https://primeiraevolucao.com.br

AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)

Vasco Fragata Moniz[1]

RESUMO: Esta pesquisa fala sobre auditoria no sistema de controlo interno nas pequenas e médias empresass (PEM), e a sua relevância na tomada de decisões empresariais concretamente na área das disponibilidade de caixa e vendas e contas a receber. Quando se pensa neste tema o objetivo geral é avaliar o sistema de controlo interno e como pode contribuir para as decisões empresariais. Com os objectivoss propostos inicialmente foram utilizadas técnicas bibliográfica, exploratória e quantitativa, e por fim um estudo de caso que permitiu comparar os principais procedimentos de controlo interno financeiro e de vendas usados nos estabelecimentos comerciais do Município do Cazenga na província de Luanda. Neste estudo foi possível provar a auditoria no controlo do sistema interno permite a em alguns estabelecimentos comerciais do Município do Cazenga tomar decisões corretas em relação à gestão. Portanto os trabalhadores inquiridos responderam que os seus estabelecimentos respeitam as normas de controlo interno financeiro e deverão aprimorar cada vez mais o controlo interno das vendas.

Palavras-chave: Auditoria, Controlo Interno, Erros, Fraudes, e Decisões Financeiras.

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa foi feita uma abordagem sobre análise funcional do sistema de controlo interno na prevenção de erros e fraudes nas pequenas e médias empresas. Visto que pequenas e médias empresas são mais vulneráveis às contingências do mercado e a resistências dos proprietários em absterem-se do controlo interno, como consequências a vulnerabilidade de ocorrência de erros e fraudes. Toda e qualquer empresa ao longo do seu funcionamento dispõe de um património, quando este não é protegido está sujeito a utilização indevida por parte dos funcionários, gestores e até mesmo por terceiros. Ao longo do estudo pretendo chamar à razão os proprietários das empresas em especial os das pequenas e médias que uma análise funcional do sistema de controlo interno ajuda a avaliar se as atividades que estão a ser executadas no momento, estão no prazo e se são as pessoas que realizam são as indicadas por elas mesmas.

A empresa que não avalia o seu sistema de controlo interno dificilmente consegue saber se as actividades estão a ser realizadas conforme o previsto e na eventualidade da ocorrência de erros e fraudes dificilmente conseguirá medir a gravidade e até mesmo detectar.

AUDITORIA/ CONCEITO

Segundo Crepaldi (2014) a auditoria " é um levantamento, estudo e avaliação sistemático das transações, procedimentos, rotinas das demonstrações financeiras de uma entidade."

Já Boyton, Jhonson e Kell (2002) definem, "Como exame dos livros contabilísticos, comprovativo e demais registros de um organismo, com o objetivo de averiguar as correções e incorreções dos registos e expressar opinião sobre os documentos analisados em forma de certificação".

É possível observar convergências nestas definições em exame de contas, relativo a projecto, obras ou qualquer outra situação auditável, bem como toda documentação que serve de suporte, realizado em conformidade com as normas e procedimentos geralmente reconhecidos e aceites por profissionais qualificados, com o objetivo de expressar opiniões sobre as correcções claras da situação dos documentos analisados.

Hoje fica muito difícil apresentar um único traço definidor para auditoria aceite por todos académicos e profissionais, isto é fruto da dinâmica da própria ciência. Assim, o conceito vai variando de acordo com a posição de cada doutrinário e do seu objetivo.

1 Licenciado em Economia de Gestão na opção de Estatística Aplicada, pela Universidade Jean piaget de Angola. Mestrando em Gestão Estratégica de Empresa pelo Instituto Superior Politécnico de Kangonjo, Professor do ensino Primário e Secundário afecto ao Med.e-mail: vascomoniz409| gmail.com +244 924 660 597.

ETIMOLOGIA E EVOLUÇÃO DA AUDITORIA

Segundo Alberton "etimologicamente auditoria é uma palavra de origem latina que deriva de (audere), que significa ouvir e a palavra auditor provém do verbo (audire), aquele que ouve: ouvinte". Era atribuído esse termo para a auditoria porque nos primórdios a conclusão de uma auditoria era retirada com base a informações verbais que eram recolhidas portanto, o termo auditoria foi usado pelos Ingleses a técnica contabilística de revisão (auditing), mas hoje com um sentido mais abrangente. (www/ administradores.com.br).

Os mesmos autores afirmam que por volta do ano 4000 a.C. se efetuavam auditorias na Babilónia, na China e no Egipto, sobretudo relacionada com a cobrança de imposto e com o controlo dos armazéns dos faraós.

Mais tarde (1800 a.C. a 95 d.C.) existem referências bibliográficas sobre os controlos internos e a realização de auditorias surpresas. Também no império romano era normal o imperador encarregar seus funcionários para inspeção da contabilidade das diversas províncias.

A auditoria como hoje é entendida teve início na Inglaterra em meados do século XIX (consequência da revolução industrial), e após inúmeros processos de falência de empreendimentos que captavam dinheiro do povo, para aplicação em negócios altamente especulativos e na maior parte das vezes de poucos riscos.

Em 1853 foi fundada a sociedade dos controladores de Edimburgo, devido a preocupação dos controladores em estabelecer padrões profissionais para orientar o trabalho de auditoria. Embora com invenção Inglesa foi nos EUA, onde recebeu o maior impulso, quando contadores ingleses foram para lá auditar firma norte-americanas de capitais britânicos, a primeira firma de auditoria estabelece-se em 1883. Já em 1887 foi fundada a Associação americana de contadores públicos (American Institute of Certified Public Accountants- AICPA), que é a entidade máxima que congrega auditores americanos (idem).

IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NAS ORGANIZAÇÕES

Com o intuito de atender as necessidades da administração da empresa viu-se a necessidade de ter um auditor permanente, isto é o auditor interno que pudesse executar as atividades com maior grau de profundidade, conhecendo melhor as diversas atividades da empresa, que estão redirecionadas com a contabilidade (controlo interno administração de pessoal, produção, estoques e administração de processos).

Para Attie (2006) a auditoria interna é importante porque:

– É parte essencial do sistema global do controlo interno;

– Leva ao conhecimento da alta administração o relato fiel do desempenho da empresa, seus problemas pontos críticos, necessidade de providencia sugerindo soluções;

– Mostra os desvios organizacionais existentes, no processo decisório e de planeamento;

– É medida dos resultados alcançados na assessoria da administração e a estrutura organizacional, quanto ao cumprimento das políticas traçadas na legislação aplicada e das normas internas;

– Apresenta sugestões para melhorar o controlo implementado ou em estudo de viabilização;

– Estimula o funcionamento regular do sistema de custo, controlos internoss e o cumprimento da legislação

– Avalia a forma independente, das atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da companhia;

– Ajuda a administração na busca de eficiência e eficácia do melhor desempenho, nas funções operacionais e na gestão de negócios.

Assim como a empresa seus auditores permanentes, existe outro grupo de auditores que exprime a sua opinião sobre as demonstrações contabilistas, e assim sugere soluções para os problemas que assolam as empresas por eles detetadas no curso norma do seu trabalho, que são aos auditores externos.

Almeida (2014) diferença entre auditoria interna de auditoria externa:

Auditoria Interna	Auditoria externa
1. Auditor permanente 2. As tarefas abrangem todas as operações da empresa. 3. É realizada periodicamente	1. Auditor independente 2. As tarefas são delimitadas no contrato 3. É realizada eventualmente

Fonte: adaptado de Almeida

TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

Para Charmam (2005) procedimentos de auditoria são " conjunto de técnicas que o auditor utiliza para obter evidências sobre as demonstrações financeirass." As suas principais técnicas são:

a) Inspeção física e contagem;

b) Circulação ou confirmação externa;

c) Inspeção de documentos;

d) Conferência de cálculos;

e) Investigação minuciosa;

f) Exame dos registoss auxiliares;

g) Correlação das informações obtidas.

PLANO DA AUDITORIA

O auditor antes de executar o seu trabalho deve elaborar um plano de acção, onde determinará os objectivos, procedimentos e tarefas que realizará e em que condições. Para tal deve guiar-se dentro dos princípios de contabilidade e das técnicas de auditoria.

De acordo com Sá (2007), o plano de auditoria é a tarefa preliminar traçada, que se caracteriza pela previsão dos trabalhos que devem ser executados em cada serviço, a fim de que estes cumpram integralmente as suas finalidades dentro das normas científicas da contabilidade e da técnica de auditoria.

O plano é o resultado visado, a linha de conduta a seguir dentro dos princípio e preceitos da técnica em estudo, e quase sempre é baseado em:

– Nas experiências anteriores;

– Nos levantamentos iniciais;

– Nas experiências de terceiros;

– Nas normas especiais necessárias a cada caso reconhecida pelos levantamentos.

Cada escritório de auditoria adapta planos segundo normas padronizadas, e adaptáveis a cada caso de acordo com as particularidades.

As normas de auditoria geralmente aceites exigem que o trabalho seja planificado adequadamente. “ planejar significa estabelecer antecipadamente metas para que o serviço de auditoria seja de excelente qualidade e ao menor custo possível” (ALMEIDA, 2009).

Depois a criação do plano deve-se dar início à realização de um plano de trabalho, no qual se domina o programa de auditoria.

Franco e Marra (2009) afirmam que, programa de auditoria consiste no plano de trabalho para o exame de uma área específica. Ele prevê o procedimentos que deverão ser aplicados para que se possa alcançar resultados desejados. Deve, portanto ser bastante amplo e flexível, para permitir alterações durante o andamento das verificações, conforme as circunstâncias isto é, a maior ou menor eficiência dos controladores internos dos clientes.

ERROS E FRAUDES

No processo de auditoria é comum depara-se com erros e fraudes, ambos são muito parecidos, mas é uma acção bem distinta da outra. Hoog e Carlin citados no cite conceptualizaram “fraudes como um acto intencional de omissão ou manipulação de forma dolosa que a pessoa usa quando tem intenção de alterar resultados a fim de obter benefícios próprios”.

Ao passo que para os mesmos “erros aplica-se a um acto não intencional de omissão, desatenção ou má interpretação de factos na elaboração de registoss das informações contabilísticas”.

CONTROLO INTERNO

Nenhuma empresa por menor que seja pode exercer suas actividades operacional sem ter implementado qualquer sistema de controlo interno, que visam aumentar a eficiência das operações de informações.

Tal sistema vai sendo cada vez mais sofisticado à medida que a empresa cresce, e as suas atividades se tornarem mais complexas, de tal forma que um simples controlo dos meios monetários não passará a ser só para as operações de compras e vendas mas também para todas as operações em geral.

O controlo interno é o conjunto de procedimentos e regras que uma empresa cria com o objetivo de atribuir competências, responsabilidades sobre como, onde e quando os funcionários devem executar as suas tarefas, para que o trabalho ocorra dentro da legalidade e que se consiga evitar ou minimizar distorções materialmente relevantes (erros e fraudes), e quando ocorrem, que sejam detectados com facilidade.

O instituto Americano de contadores publico citado por Crepaldi (2014) define:

O controlo interno: compreende o plano de organização e de todos métodos e medidas adoptadas na empresa para salvaguardar seus activos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contabilísticos, desenvolver eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas prescritas.

Na perspetiva de Charman (2005), “controlo interno é o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger os activos, produzir dados contabilísticos confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Olhando nestes conceitos acima pode-se concluir que ambos convergem em salvaguardar os activos da empresa. Assim podemos afirmar que é através do controlo interno que as empresass protegem os seus ativos de eventuais erros e fraudes, e é a base de qualquer trabalho de auditoria, pois é através dele que os auditores podem avaliar o processo de gestão bem como verificar os erros e se as irregularidades estão sendo reduzidas.

TIPOS DE CONTROLO INTERNO

Almeida (2009), afirma que os controlos internos podem ser:

a) Contabilístico: quando é relacionado com a proteção dos ativos e a validade dos registros, eles incluem o sistema de autorização e a sua segregação das funções de registos daquela

efetuadas pelo departamento que gere as transações, objeto do seu registos ou relativas as custódias dos ativos.

b) Administrativos: esse controlo normalmente se relaciona de forma indirecta ao controlo contabilístico, eles compreendem os planos da organização e todos os métodos e procedimentos com a eficácia operacional, bem como o respeito a obediência as políticas administrativas. Também incluem controlos estatísticos, programa de formação do pessoal, controlo da qualidade e outros.

Na óptica de Crepaldi (2014), controlo contabilístico compreende planos da organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para salvaguardar o património e a propriedade e os itens que o compõem.

Segundo o autor é compreendido na sua extensão em:

1. Segregação das funções: cria independência entre as funções de execução operacional, custódia dos bens patrimonial e sua contabilização.

2. Sistema de autorização: controlo das operações através de métodos de aprovação, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos.

3. Sistema de registros:compreende a classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, existência de um plano de contas que facilita o registos e demonstrações contabilísticas.

Podemos destacar como exemplo deste controlo, o sistema de aprovação e autorização das transações, como também, a segregação de tarefas, nas quais reduzem drasticamente o risco de cometimento de fraudes dentro da empresa por parte dos funcionários.

A realização de controlo sobre da informação de bens físicos da empresa também pode ser exemplo de controlo contabilístico, pois realiza vistoria e compara com os dados obtidos da contabilidade, para saber a real situação da empresa. Sempre que se trabalha com contagem dos bens físicoss deve-se ter cuidado para que esse controlo sobre as informações seja realizado por pessoas que não trabalham diretamente com os estoques, a fim de não facilitar a ocorrência de fraudes.

O controlo administrativo “compreende um plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para proporcionar eficiência às operações, dar ênfase à política de negócios da empresa bem como o registos financeiro” (CREPALDI 2014).

O autor compreende ainda,

Normas salutares: que observam políticas saudáveis, aos interesses da empresa no cumprimento dos seus deveres e funções;

Pessoal qualificado: que esteja apto para desenvolver suas atividades, sendo bem instruído e supervisionado por seus responsáveis.

Assim fica claro que o controlo interno de natureza administrativa é mais voltado aos sistema e procedimentos adaptados pela administração da empresa, com propósito de diferenciar dos controlos contabilísticos, pois os controlos administrativos visam à eficiência e eficácia das operações realizadas pela empresa.

Pode-se também incluir como controlo interno administrativo a constante procura pela obediência das normas e diretrizes da empresa, na qual visa a ordem de execução das operações realizadas pelos diversos sectores da mesma.

Os controlos internoss tem como objetivo fornecer à contabilidade, dados corretos com intuito de objetivos a escrituração exata dos fatos ocorridos, que sejam evitados desperdícios e erros. É importante também que estes controlos tenham mecanismo suficiente para detectar qualquer irregularidade quando ocorrer, e que o controlo interno aplicado seja monitorizado de forma contínua dentro da organização, tendo efeito preventivo sobre os procedimentos da empresa.

OBJETIVO DO CONTROLO INTERNO

A definição e importância do controlo interno abrangem vários processos onde o gestor determina os seus objetivos, projeto e planos de alcançá-los buscando mecanismos eficientes para controlar.

Para Costa (2000), os objectivos do controlo interno visam assegurar:

a) A confiança e integridade da informação;

b) A conformidade das políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos;

c) A utilização económica e eficiente dos recursos;

d) A realização dos objectivos estabelecidos para as operações ou programas.

De forma mais objetiva Attie (2006) evidencia quatro objetivo básico do controlo interno:

1. A salvaguarda, dos interesses da empresa;
2. A precisão e a confiabilidade das informações e relatórios contabilísticos financeiros e operacionais;
3. Estimula a eficiência operacional, e
4. Aderência de políticas existente.

Em relação aos objectivos básicos citado por Attie, pode-se considerar que, salvaguardar os interesses da empresa, refere-se à protecção do património da empresa de qualquer perda e risco devido a erros de irregularidade; no diz respeito, a precisão e a confiabilidade das informações e relatórios contabilísticos financeiros e operacionais objetiva compreende as informações adequadas e oportunas

necessárias para administração e compreender os eventos realizados na empresa; já para estimula a eficiência operacional, é determinar e prover os meios necessários á condução de tarefas, de forma a obter entendimentos das aplicações tempestivas e uniforme, e por ultimo, aderência de políticas existente é assegurar que os desejos da administração, definidos através das suas políticas e indicado pelos seus procedimentos, seja adequadamente seguido pelo pessoal.

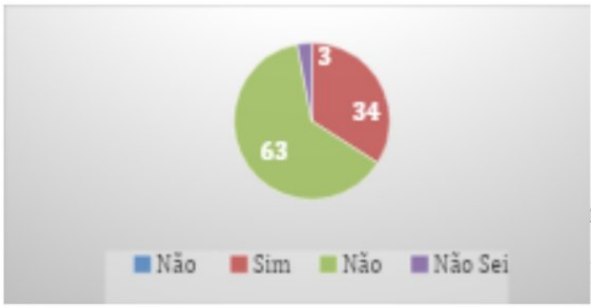
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para apresentação e discussão dos resultados foi necessário recorrer a 30 trabalhadores do setor d vendas de forma aleatória do ramo do comércio de bebida na província de Luanda no municipio do Cazenga para ajudar preencher os questionários, que envolvia os seguintes itens tipos de controlo e dispensabilidade (caixa e banco), e contas a receber (vendas), e as suas atividades, questionando o controlo interno destas áreas nas organizações que atuam.

Descriç.	Freq. Absolutas	Freq. acumulada	Frequências relativas
Não	10	10	34%
Sim	19	29	63%
Não sei	1	30	3%
Σ	**30**		**100%**

Fonte: elaborada pelo autor

Gráfico nº1 referente a distribuição das frequências



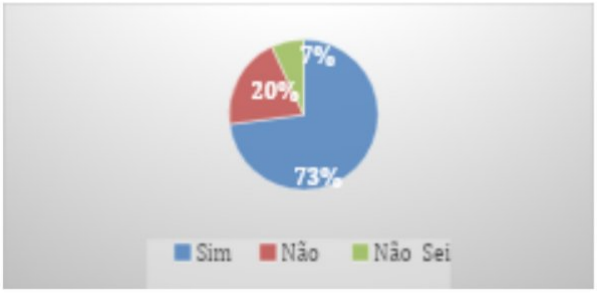
Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico acima faz um resumo das respostas dos inquiridos, 63% corresponde ao nível de cumprimento das medidas, já 34% representa o nível de violação das normas nestes estabelecimentos comerciais e 3% implica o número de inquiridos que desconhecem.

Conhecimento sobre a titulação	Frequência	Percentagem
Sim	32	18,5%
Não	141	81,5%
Total	**173**	**100%**

Fonte: Dados do estudo, 2025.

Gráfico nº2 referente a distribuição das frequências sobre as disponibilidades



Fonte: elaborado pelo autor

Analisando o gráfico percebe-se que 73% das normas de disponibilidade são implementadas, enquanto que 20% não são, e 7% das normas e de desconhecimento dos trabalhadores, então estes estabelecimentos devem continuar a aprimorar os seus controlos de disponibilidade.

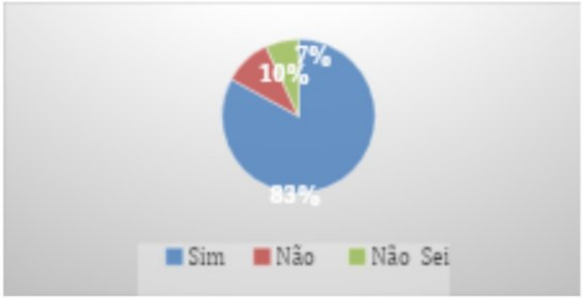
O terceiro mapa que usamos para inquirir visa fazer uma comparação entre os que se diz nas norma de controlo interno sobre as vendas e as aplicadas nestas instituições.

Tabela nº3 Distribuição de frequências sobre a comparação

Descrição	Frequência Absolutas	Frequênciaa cumulada	Frequênc relativas
Sim	25	25	83%
Não	3	28	10%
Não sei	2	30	7%
Σ	**30**		**100%**

Fonte: elaborada pelo autor

Gráfico nº 3 referente a distribuição das frequências sobre a comparação



Fonte: elaborado pelo autor

Com base no gráfico podemos concluir as medidas de controlo para as contas a receber são implementadas a 83%, e 10% corresponde as não

implementadas enquanto que 7% são aplicadas em função da natureza das actividades realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo sobre a auditoria no processo de controlo interno na prevenção de erros e fraudes, comparando a teoria e a prática deixo as seguintes considerações que as empresas no intuito de melhorar as debilidades apresentadas pelo controlo interno das pequenas e médias empresas, sempre que for feito um estudo deste género é melhor que se amplie as amostras de inquiridos.

Como toda organização é concebida com o objetivo de satisfazer as necessidades do seu meio envolvente, e muitos destes objectivos tem entrado em choque com os individuais na prática, um controlo interno facilita a eficiência e eficácia das atividades. Uma boa gestão é aquela que as decisões são tomadas em função das respostas obtidas a partir de análises.

A gestão deve apoiar-se sempre num sistema de controlo interno, sistema este que representa todos os mecanismos e procedimentos elaborados pelas instituições, a fim de que o seu património seja protegido contra possíveis perdas resultantess de erros e fraudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Machado; **Auditoria financeira**- uma análise integrada baseada no risco; São Paulo: Escola editora 2014.

Almeida, Cavalcante **Auditoria financeira**; 6.ª edição, São Paulo: Atlas 2009.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

Attie William; **Auditoria conceito e Aplicação**; 5.ª edição, São Paulo: Atlas 2010

CHARMAN, Bernardo. **Auditoria interna e externa governamental**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

Costa, Aberto; **Auditoria financeira teoria e prática.** 7.ª edição, Lisboa: Rei do Livro 2000

Crepaldi, Aparecido; **Auditoria contábil teoria e pratica** 10.ª edição São Paulo: Atlas 2016

Franco, Hilário; Marra, Ernesto **Auditoria contábil**. 4.ª edição São Paulo: Atlas 2009

Sá, António; **Curso de Auditoria**. 10.ª edição São Paulo: Atlas 2007

http/www.administradores.com.br/inform/ artigo nº 1 de auditoria de 14/02/2014



https://doi.org/10.52078/8mwejh64

ISSN 2675-2573

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp .Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama
António Evaristo
Faustino Moma Tchipesse
Miguel Divovo
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo
Fernando Massi Argentino
Fernando Pascoal da Silva
Elisa João Esteves Cazola
Ondina Francisco Futa
Glaucimer Silva Batista de Almeida
Joana Cristina de Barros
Joice Pereira Marques
José António Afonso Joaquim
José Miguel Kissanga Vunge
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Madalena Sampaio Silva
Marissol Caetano Ferreira de Fonte
Marli Aparecida Rosa
Milton Gil Zaia Jacinto
Natalia Gordiano
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf
Ngombo Rodrigues Lucau
Heidi Morais Quimuanga
Casimiro Manuel Agostinho
Pedro Isaac
Mateus Queiroz Tchamolehã
Rafaela Gois Zirpolo
Roseli Brito Tenório Ramos
Rosemeire de Araujo Fonseca
Sabino Lázaro Argentino
Santos Kulua João
Tatiana Miranda Lima
Vasco Fragata Moniz
Vernete Nginga Sebastião
Violeta Ana Jaime da Silva André
Walter Albino António Sassoma
Wilder Dala Quinjango
Zacarias Kameia

Indexadores:

Crossref · CiteFactor Academic Scientific Journals · Google Acadêmico · sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

Filiada à:

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos · ISSN International Standard Serial Number Brazil · ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia · doi

Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

debian · Scribus Desktop Publishing · LibreOffice The Document Foundation · gimp · Inkscape · Platform & workflow by OJS / PKP

Parceiros:

VAKUETO TUDILONGUI

ISPO ZANGO